

06/01/88

Moreira acha que é "irrelevante" o debate sobre rompimento com governo

MARCELO BERABA
Diretor da Sucursal do Rio

O governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem que o PMDB deve deixar de lado a discussão sobre o rompimento com o governo Sarney. "É irrelevante a discussão se o PMDB rompe ou não com Sarney porque não se pode cobrar do presidente mais do que o compromisso fundamental que ele tinha que resgatar, que era o de fazer a transição. A transição está feita. É injusto o PMDB, ou o PFL, cobrar do presidente coerência detalhada e exclusiva a uma proposta. Os compromissos do governo estão expressos na Carta Compromisso (assinada pelas lideranças do PMDB e PFL em 84 para a eleição indireta para presidente da República de janeiro de 85) e o fundamental é a transição. A Carta Compromisso é genérica na parte econômica".

Moreira disse que o PMDB deve concentrar suas energias em três pontos: 1) na construção da unidade entre seus segmentos de centro e de esquerda e na ação integrada entre sua base parlamentar, os governadores e prefeitos e a direção partidária; 2) na conclusão da nova Constituição; 3) na explicitação do seu projeto político, pela elaboração de uma plataforma de governo, com propostas práticas para tirar o país da crise, e da discussão de nomes para presidente da República.

A transição do regime autoritário para a democracia era, segundo Moreira, um compromisso mais político-institucional do que econômico e foi possível graças a um movimento suprapartidário. Com o fim da transição, os partidos têm que dar forma a esta democracia, definindo políticas econômicas e sociais para o dia-a-dia. É neste ponto do processo

O VAI-E-VEM DO GOVERNADOR

Salvador
31/12/87
Moreira, Waldir Pires (BA) e Miguel Arraes (PE) decidem que as candidaturas devem ser lançadas após a Constituinte. Moreira nega que a reunião do Rio tenha definido pelo lançamento em janeiro.

São Paulo
4/1/88
Moreira e o governador Orestes Quéricia decidem "abrir conversações" para o lançamento de candidaturas.

Rio de Janeiro
28/12/87
Moreira e líderes dos "históricos" do PMDB decidem que a discussão sobre o lançamento de candidaturas deve começar em janeiro.

político que o país está, na opinião de Moreira. Neste momento, segundo Moreira, o PMDB "tem de avançar". Deve elaborar uma plataforma de governo e se organizar internamente para a sucessão presidencial, definindo procedimentos internos democráticos

para a escolha de candidaturas. Estes foram os principais pontos de discussão no encontro com o governador Orestes Quéricia, antontem, em São Paulo. Avançar significa, ainda, concluir rapidamente os trabalhos do Congresso constituinte. A aceleração dos trabalhos consti-

tuintes e as articulações internas do PMDB com vistas à sucessão presidencial devem ser simultâneas, na opinião de Moreira. De tal maneira que a realização das convenções municipais (março) e estaduais (abril) coincidam com a nova Constituição. Ele acredita que, a partir das convenções, o PMDB terá uma grande renovação interna, mas o partido permanecerá unido, tema que também discutiu com Quéricia.

Até as convenções, os vários segmentos do partido conversarão, e é com este espírito que ele diz que entende a reunião dos "históricos", no dia 9, em Brasília. "É uma reunião de militantes do PMDB. Será uma reunião de unidade". Há a preocupação dentro do partido de manter unido seu núcleo mais consistente eleitoralmente, integrado pelo presidente do partido, Ulysses Guimarães, pelos líderes Fernando Henrique Cardoso (SP) e Mário Covas (SP), pelos governadores Orestes Quéricia, Moreira Franco, Newton Cardoso (MG), Miguel Arraes (PE) e Waldir Pires (BA), e pelo ex-governador de São Paulo Franco Montoro.

Moreira afirmou que, a partir de agora, "o caminho é conversar, discutir". E que para o partido avançar unido será necessária uma ação integrada entre os três pilares que o sustentam: a base parlamentar, os governadores (e prefeitos) e a direção. "Há dificuldades para esta interação, porque até hoje o PMDB era só parlamentar. Só agora tem poder, governa. Os deputados têm menos responsabilidades no dia-a-dia que os governadores e prefeitos. Temos que encontrar um meio termo: governadores e prefeitos têm que entender os arrojos dos parlamentares e eles também têm de entender as dificuldades dos prefeitos e governadores".

PMDB quer votar antes mandato e sistema

Da Sucursal de Brasília

O PMDB vai tentar um acordo de lideranças que viabilize a inversão da pauta de votação no Congresso constituinte. O objetivo é antecipar a votação do mandato do presidente José Sarney e do sistema de governo. Este era um dos assuntos da reunião programada para ontem à noite, na casa do deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte e do PMDB, com a cúpula do partido. Ulysses, 71, aprova a inversão e disse ontem que a idéia "é muito interessante".

Mas, Ulysses também acha que dificilmente o Congresso constituinte invertará sua pauta. "As dificuldades são quase invencíveis", afirmou. As resistências partem do bloco suprapartidário Centrão e de partidos pequenos de esquerda, como o PC do B. O líder do PC do B, deputado Aldo

Arantes (GO), 49, acha, entretanto, que ela "esvaziará a Constituinte". O deputado José Serra (PMDB-SP), 45, defende a inversão. Ela eliminaria os vários "fatores de incerteza" que, segundo ele, pesam tanto no quadro político quanto na economia. "Desanuiar o ambiente é fundamental", disse Serra. Já o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), 32, um dos líderes do Centrão, vê a proposta com desconfiança. "Achamos que é melhor ficar tudo como está", disse.

Regimento

A inversão da pauta permitiria a votação do mandato de Sarney e do sistema de governo logo no fim de janeiro ou começo de fevereiro. Pelc regimento atual (aprovado ontem), a votação do mandato de Sarney seria votado só na última fase do Congresso constituinte, nas Disposições

Transitórias. Já o sistema de governo seria votado só quando entrasse na pauta o capítulo III, que trata da formação do governo.

Mas a inversão exige ou uma improvável mudança no regimento recém-aprovado, ou um acordo unânime entre todas as lideranças partidárias, também difícil. A principal consequência política da votação imediata do mandato de Sarney seria a precipitação das candidaturas a presidente, caso a eleição seja em 1988. "Isto terminaria atrapalhando o resto do trabalho da Constituinte", afirmou Aldo Arantes.

Segundo o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 54, antecipar a votação do "tema de governo" seria desejável porque a definição deste item depende de outras matérias constitucionais. Mas ele também não acredita nisso. "Acho muito difícil", disse.



O deputado Ulysses Guimarães

Antecipação favorece o deputado do

CLÓVIS ROSSI
Da Reportagem Local

A antecipação da votação, pelo plenário do Congresso constituinte, da duração do mandato do presidente José Sarney, que começou ontem a ser articulada, causará, se concretizada e se aprovados os quatro anos, idêntica antecipação no lançamento da candidatura presidencial do PMDB. E o nome que está surgindo com mais frequência, nas conversas de lideranças peemedebistas em torno de candidaturas, é justamente o de Ulysses Guimarães, presidente nacional do partido e incentivador da idéia de antecipar a votação sobre o mandato do presidente.

Não há, nessa convergência, uma simples coincidência. No domingo à noite, na conversa com o governador de São Paulo, Orestes Quéricia, no Palácio dos Bandeirantes, zona sul de São Paulo, Ulysses ouviu de Quéricia a terminante jura de que o governador não disputará a Presidência da República.

Deve ter ouvido, igualmente, a avaliação —que Quéricia e o governador do Rio de Janeiro, Wellington

Moreira Franco, compartilharam antontem à noite, também no Palácio dos Bandeirantes— de que a realização da eleição presidencial em 1988 tira da corrida todos os 22 governadores peemedebistas. Nenhum deles, acreditam Quéricia e Moreira, se lançará à aventura de abandonar quase três anos de mandato para tentar o salto duplo de ganhar primeiro a convenção peemedebista e, depois, a própria eleição.

Essa avaliação soa como música aos ouvidos de Ulysses, porque tira do páreo um nutrido lote de competidores. Restam apenas os senadores Mário Covas (SP), Fernando Henrique Cardoso (SP) e José Richa (PR) e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro. Contra esses nomes, ainda de acordo com a avaliação de Quéricia, impõe-se o nome de Ulysses, a figura capaz de, ao mesmo tempo, unificar o PMDB e capturar aliados à direita e à esquerda, que serão necessários, ao menos para o segundo turno da disputa presidencial.

Resta saber se os presumíveis concorrentes de Ulysses concordam com essa avaliação. É possível que

Fernando Henrique e Ulysses, pouco entusiasmados com a hipótese de serem candidatos, concordem. Covas, até agora, racionou mais em termos de disputar o governo de São Paulo, em 1990, do que a Presidência em 88, a não ser que as condições lhe fossem muito favoráveis no partido. Só Montoro já declarou guerra a Ulysses, ao dizer à Folha na semana passada, que o presidente peemedebista é ruim de voto.

Nessa avaliação, há duas peças a serem ainda encaixadas. A primeira é saber quem será o candidato do presidente José Sarney, uma preocupação, por exemplo, do senador Mário Covas. O atual nível de popularidade de Sarney pode até atrapalhar, eleitoralmente, mas o apoio da máquina federal pode ser decisivo. A segunda peça é saber se o fato de Ulysses parecer o "candidato natural", como o define Quéricia, significa que é também o melhor candidato.

Na semana passada, quando o repórter da Folha fez exatamente essa pergunta, Quéricia desconversou, com um sorriso: "Eu tenho dito que o dr. Ulysses é o candidato natural", limitou-se a responder.

'Centrinho' vai defender o fim da estabilidade

Da Sucursal de Brasília

O "Grupo de Entendimento" —ou "Centrinho"—, que reúne parlamentares de centro e centro-esquerda do Congresso constituinte, decidiu ontem defender a eliminação da estabilidade no emprego aprovada no projeto da Sistematização. A proposta do grupo estabelece a "relação de emprego protegida contra demissão arbitrária" e remete as condições para isso à legislação ordinária.

Reunidos à noite na biblioteca da Câmara, o grupo rejeitou também a proposta do Centrão, que previa apenas uma indenização progressiva para o empregado demitido. Mas aprovou a proposta de jornada de 44 horas na média mensal, também do Centrão. Outras propostas do "Centrinho": licença de 120 dias à gestante; prazo de cinco anos para imprescritibilidade de ações trabalhistas, sob condições; a hora extra terá remuneração mínima de 50% do valor da hora normal; cai a "reserva de mercado" para o empregado com mais de 45 anos.

Do "Grupo de Entendimento" fazem parte, entre outros, os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado José Serra (PMDB-SP).

Cardoso diz que reunião avaliará as candidaturas

Da Sucursal de Brasília

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), 56, disse ontem que a reunião dos "históricos" do partido, no próximo sábado, dia 9, em Brasília, deverá se limitar a uma aliança preliminar das candidaturas do PMDB à eleição presidencial.

Esvaziada pela ausência tanto do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), quanto dos governadores peemedebistas, a reunião dos "históricos" já era ontem um assunto de segundo plano, mesmo para a esquerda do partido.

"Queríamos conter o MUP (Movimento de Unidade Progressista) e este objetivo foi alcançado", resumiu ontem o deputado Jutahy Júnior, coordenador da bancada do PMDB a Bahia.

Segundo o senador José Fogaça (PMDB-RS), 41, a articulação dos "históricos" eliminou duas "bobagens" que vinham sendo discutidas e então: a convocação de uma convenção do PMDB antes da promulgação da nova Constituição e a idéia de a esquerda sair do partido.

Leonidas quer eleição geral se forem aprovados quatro anos

Da Sucursal de Recife e da Redação

O ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, afirmou ontem, em Recife (PE), que a redução do mandato do presidente José Sarney é "competência e responsabilidade do Congresso constituinte" mas que "para ser coerente, no meu entender, se houver realmente mudanças, as eleições devem ser gerais". O ministro presidiu em Recife a solenidade de posse do novo comandante do Comando Militar do Nordeste (antigo 4º Exército), general-de-exército Hélio Pacheco, que substituiu o general-de-divisão Luiz Pires Ururahy Netto.

Leonidas disse também que concorda com as afirmações, feitas antontem em Sergipe pelo presidente José Sarney, de que o Brasil não pode ficar nas mãos "dos demagogos, agitadores e especuladores".

Os governadores Miguel Arraes (PE), Tarcísio Burty (PB) e Geraldo Melo (RN), todos do PMDB; Antônio Carlos Valadares (SE), do PFL; e Fernando Cesar Mesquita, do território de Fernando de Noronha; além dos vice-governadores Moacir Lopes Andrade (AL) e Francisco

Castelo de Melo (CE) estiveram presentes à cerimônia. O general-de-divisão (três estrelas) Luiz Pires Ururahy Netto, que deixa o Comando Militar do Nordeste, será transferido para Brasília como subsecretário de Economia e Finanças do Exército.

A proposta de eleições em todos os níveis em 1988, citada por Leonidas, tem apoio do PDT e PSB. O PT também quer eleições "gerais", mas exclui os governadores e deputados estaduais, que cumpriram até o final seus mandatos (que terminam em março de 1991). Pela proposta do PT, seriam realizadas em 88 eleições em nível federal (presidente da República, deputados federais e senadores) e municipal (prefeitos e vereadores), já prevista pela atual legislação. PDT e PSB querem eleições também para governadores e deputados estaduais.

O PSB defende eleições em todos os níveis, mas coloca a ressalva que pode recuar na sua posição caso as eleições gerais sejam usadas como argumento para forçar um adiamento de todos os pleitos para 1989, por falta de tempo para serem realizadas.